

é bom e a doença tende à resolução espontânea ao longo de meses a anos.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101179>

ÁREA: EDUCAÇÃO EM INFECTOLOGIA

EP-102

OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO CONSCIENTIZADORES ACERCA DA SÍFILIS: UM ESTUDO TRANSVERSAL NA VILA BRÁS DE SÃO LEOPOLDO



Bruna Evaldt Germano, Nicole de Souza Eberle, Luíze Ximendes Soares Venter, André Anjos da Silva

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Porto Alegre, RS, Brasil

Introdução: A sífilis é uma doença infecto-contagiosa com número de casos crescentes no Brasil. Nesse contexto, os agentes de saúde se tornaram protagonistas em informar a população sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Na Vila Brás há 14 agentes de saúde, sendo cada um responsável por visitas domiciliares de 200 famílias. Apesar disso, a UBS recebeu 200 casos de sífilis de 2014 a 2019 e São Leopoldo, apesar de possuir 9 unidades de ESF/UBS, está em 42º lugar no ranking nacional da doença.

Objetivo: Compreender a causa da persistência da sífilis na Vila Brás, verificando a hipótese de estar relacionada ao preparo insuficiente dos agentes de saúde sobre o tema. Essa análise se faz importante para a elaboração de Ações em Saúde que sejam capazes de diminuir a incidência de sífilis em São Leopoldo.

Metodologia: Estudo qualiquantitativo realizado com 12 agentes de saúde da ESF/UBS da Vila Brás. Foi aplicado um questionário de 5 questões fechadas e 1 questão aberta, sendo: (1) "A sífilis é uma doença transmitida por qual modo?" (2) "Qual o tratamento para a sífilis?" (3) "A sífilis é causada por?" (4) "Qual a forma de prevenção da sífilis?" (5) Analisou-se o caso de uma paciente, diagnosticada com sífilis e com dúvida quanto à paternidade, a fim de definir em quem a investigação deveria ocorrer para evitar novos contágios. Coletou-se os dados qualitativos a partir da pergunta: "Você aborda questões sobre a prevenção da sífilis nas visitas domiciliares?". Na análise de dados, as respostas foram transcritas e divididas quanto à abordagem de prevenção.

Resultados: Na análise dos dados, em relação à pergunta de número 1, onze agentes de saúde acertaram a questão. Na questão número 2, nove assinalaram a alternativa correta. Na questão de número 3, quatro agentes marcaram corretamente. Na quarta questão, onze marcaram a alternativa correta. Na de número 5, oito profissionais assinalaram a alternativa correta. Na pergunta aberta, dez agentes de saúde afirmaram abordar sobre a prevenção da sífilis, sendo que 5 citaram o termo preservativo, e os demais citaram prevenção ou teste rápido.

Discussão/Conclusão: Os agentes de saúde da Vila Brás demonstraram possuir conhecimento acerca da doença e, em sua maioria, abordam sobre prevenção nas visitas domiciliares. Desse modo, a persistência da alta incidência de sífilis

pode não estar relacionada à falta de preparo dos agentes na Vila Brás. Entretanto, capacitações são necessárias para reforçar conhecimentos sobre o tratamento dos parceiros sexuais na doença.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101180>

ÁREA: INFECTOLOGIA CLÍNICA

EP-103

O USO DE ÁLCOOL E TABACO E VULNERABILIDADE À TUBERCULOSE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO-SP



Nathalia de Melo Genaro, Bruna Souza Pedreira, Thamires Faccion de Queiroz, Raylan Wesley Pimenta, Claudia Cristina Soares Muniz, Joselma Siqueira Yamaguti

Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, SP, Brasil

Introdução: A Tuberculose (TB) é um problema de saúde pública global. Em 2018, foram notificados 76 novos casos e 4,5 mil mortes em decorrência da doença no Brasil. Mais de dois terços dos casos concentram-se em aglomerados populacionais e em populações mais vulneráveis, como detentos, indígenas e população em situação de rua (PSR). O censo 2019 indica que 24.344 indivíduos vivem sem moradia e alimentação adequadas, além de fazerem uso de drogas, dificultando a adesão à terapia direta observada (TDO).

Objetivo: Caracterizar a PSR usuária de drogas lícitas vulnerável à TB.

Metodologia: Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo exploratória, transversal e quantitativa, com dados coletados de PSR, entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020, na região central de São Paulo (CAAE: 26417213.0.0000.5511).

Resultados: Com relação aos resultados, submeteram-se à entrevista semiestruturada 62 participantes (55 homens, 06 mulheres e 01 transexual), com idade maior ou igual a 18 anos, sendo-lhes colhidos, ainda, os dados sociodemográficos, relato de tosse, histórico de TB, realização da TDO, cumprimento de pena e uso de drogas lícitas (álcool e tabaco). Dentre os entrevistados, 27,41% afirmaram ter tosse. Dentre esses indivíduos, 4,84% afirmaram que ter tido tuberculose e 1,61% não completou a TDO. Com relação à tosse e tempo de rua, 35,29% afirmaram que residem nas ruas entre 5 anos ou mais. 47% dos entrevistados afirmaram ter cumprido pena em regime fechado. Com relação à tosse e ao uso de drogas lícitas, 70,59% da população entrevistada afirmou ser tabagista, 64,7% afirmou ingerir bebidas alcoólicas e 11,7% afirmou beber raramente. A PSR apresenta um risco 56 vezes maior de ter TB em comparação à população geral.

Discussão/Conclusão: A PSR apresenta um risco 56 vezes maior de ter TB em comparação à população geral. Com relação à TB e o uso de drogas lícitas, estudos ressaltam disfunções tanto no epitélio mucociliar quanto na resposta imune celular. Essas alterações diminuem a resistência do hospedeiro e aumentam o risco de persistência do *Mycobacterium tuberculosis* após o tratamento. A PSR representa